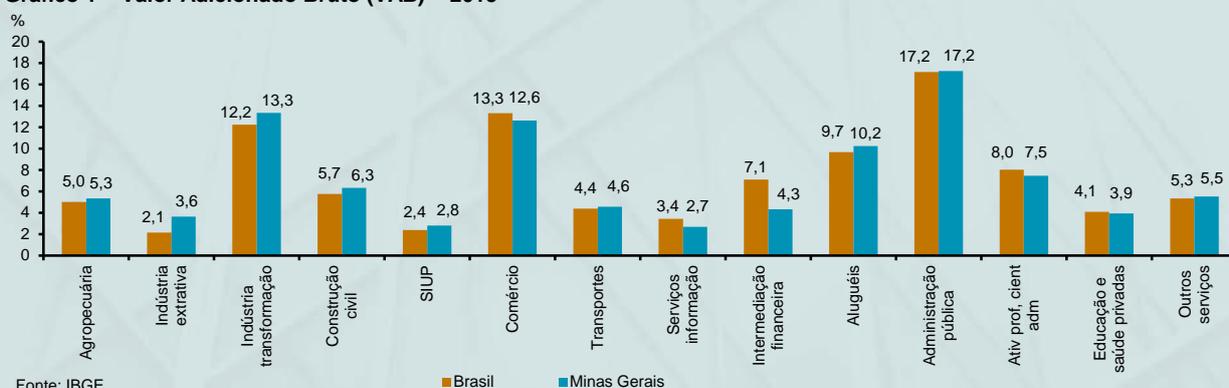


Economia mineira

Minas Gerais é a terceira maior economia do país, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$519,3 bilhões em 2015,¹ equivalente a 8,7% do PIB nacional. Este box analisa a evolução da economia mineira nos últimos anos e suas perspectivas de curto prazo.

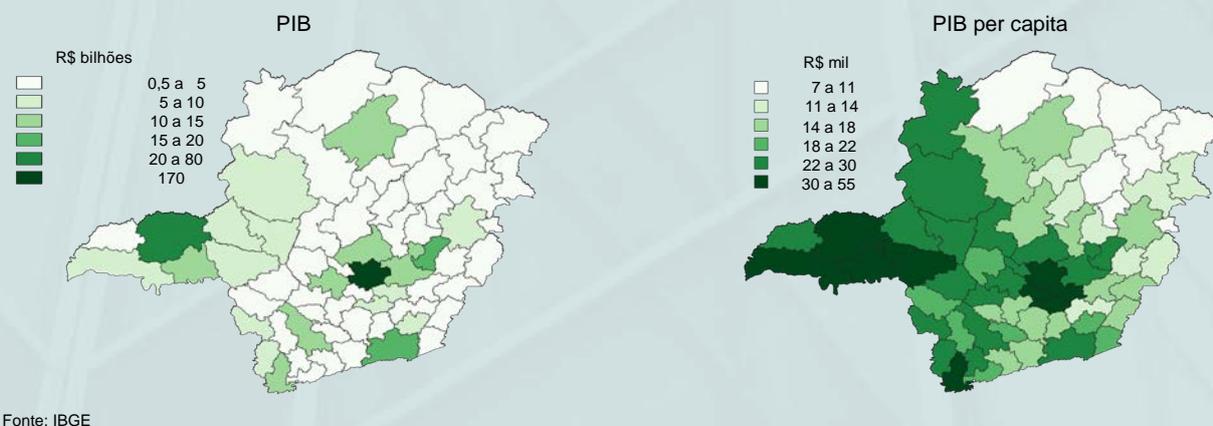
A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado se caracteriza historicamente pela maior representatividade dos setores industrial e agropecuário relativamente ao VAB nacional – o mesmo padrão se observa para todos os componentes da indústria: extrativa, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública (que abrangem a geração de energia elétrica). (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB) – 2015



O PIB² de Minas Gerais concentra-se na região central do estado, particularmente nas microrregiões de Belo Horizonte, Itabira e Ouro Preto; no Triângulo Mineiro; na Zona da Mata; e no Sul de Minas Gerais (Figura 1). Na microrregião de Belo Horizonte localiza-se a refinaria da Petrobrás, a maior parte do parque automotivo, grande parte da administração pública estadual, e serviços complexos, além de empreendimentos de mineração, também presentes nas microrregiões de Itabira e Ouro Preto. Em Uberlândia, além do comércio

Figura 1 – Produto Interno Bruto, por microrregião – Minas Gerais – 2015



1/ As últimas informações disponíveis sobre o Produto Interno Bruto estadual são de 2015, conforme IBGE, Contas Regionais.
 2/ Os dados de PIB municipal são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exclusivamente em termos nominais e assinalam crescimento médio de 0,5% no estado, em 2015, ante o ano anterior.

atacadista, destacam-se o setor de serviços e a indústria de transformação, e em Uberaba, as atividades agropecuárias. Em Juiz de Fora predominam os serviços e a atividade fabril; e no Sul de Minas Gerais (Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas), serviços, comércio e atividade industrial, beneficiada pela proximidade com São Paulo. A produção cafeeira destaca-se no Sul de Minas Gerais, Alto Paranaíba e Zona da Mata, fornecendo importante estímulo às atividades econômicas locais. Em Montes Claros, importante polo econômico no norte do estado, as atividades mais representativas são serviços, a administração pública e a atividade industrial.

Em 2015, o PIB *per capita* no estado atingiu R\$24.885, 15,1% inferior ao indicador nacional. A análise por microrregiões mostra quadro menos concentrado que os dados de PIB, com as regiões no entorno de Belo Horizonte, Uberlândia e Pouso Alegre registrando taxas superiores à média nacional. Por outro lado, as regiões do norte do estado; do Jequitinhonha e Mucuri apresentaram os piores patamares do indicador.

Dada a característica da estrutura produtiva de Minas Gerais – de maior concentração de atividades industriais, segmento que primeiro sentiu os efeitos da última recessão –, o processo de redução anual do PIB mineiro teve início em 2014 (PIB, -0,7%), um ano antes da queda em nível nacional, e se aprofundou no ano seguinte (PIB, -4,3%) (Gráfico 2). Nesses dois anos, a queda na indústria de transformação foi determinante para o resultado, com destaque para a retração na produção de veículos. No início de 2016, enquanto a economia nacional ainda contraía, a atividade econômica no estado estabilizou-se (Gráfico 3), com a retomada da geração de energia elétrica, e posteriormente voltou a registrar trajetória ascendente, impulsionada pela agropecuária (ano de elevada produtividade do café) e pela indústria de transformação. Para 2016 e 2017, a Fundação João Pinheiro (FJP) estima, na ordem, variações de -1,8% e 0,6% no PIB estadual (PIB Brasil: -3,5% e 1,0%).

Gráfico 2 – PIB real – Série encadeada

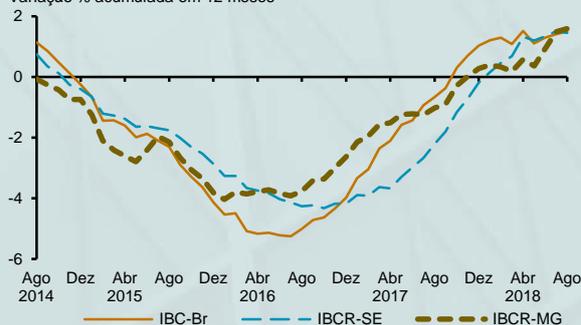
Índice base 2011 = 100



Fontes: BCB, IBGE e FJP

Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses

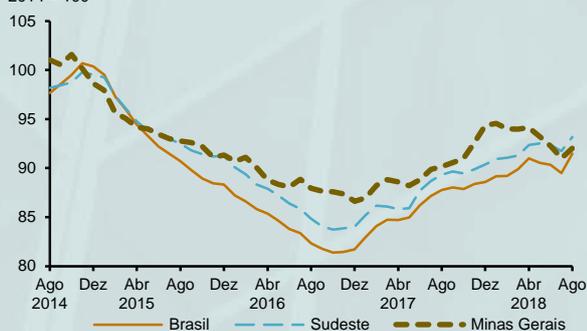


Fonte: BCB

O consumo no estado recuou a partir de 2015, evidenciado pela retração no comércio e no setor de serviços. As vendas do comércio ampliado diminuíram até o final de 2016, refletindo, especialmente, os decréscimos nos segmentos de veículos, material de construção, vestuário e móveis e eletrodomésticos. Por outro lado, as vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo mantiveram-se

Gráfico 4 – Comércio varejista ampliado

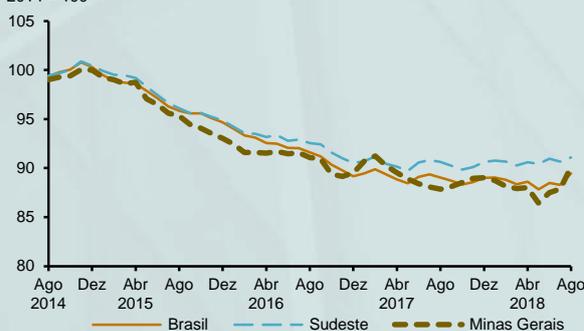
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 5 – Serviços não financeiros

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

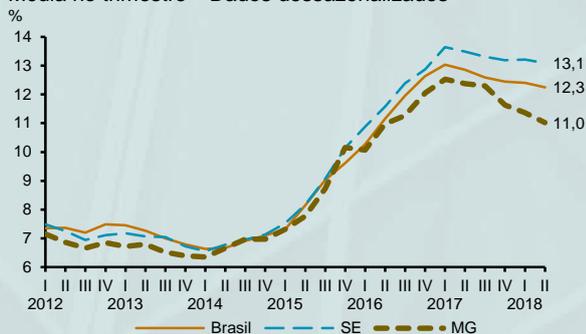
relativamente estáveis no estado, o que contribuiu para que a retração no comércio fosse mais amena em Minas Gerais que no país. O consumo aumentou em 2017, impulsionado pela queda na inflação, pela safra recorde de grãos e pela liberação dos recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que concomitante com a flexibilização da política monetária, contribuiu para a expansão das vendas de bens duráveis, especialmente veículos. A paralisação recente dos transportadores de carga afetou temporariamente o consumo varejista na margem, com impactos mais acentuados nas vendas de combustíveis e itens de supermercados (Gráfico 4).

O setor de serviços mineiro apresentou desaceleração mais gradual que o comércio, porém mais persistente. Observou-se, inicialmente, contração intensa no segmento de serviços profissionais e administrativos, concomitante com a desaceleração econômica e com o fim do ciclo de investimentos em infraestrutura. Escritórios de projetos não tiveram renovação de encomendas e foram impelidos a adaptar o volume de mão de obra ao novo nível de demanda. Posteriormente, observou-se contração também nos serviços voltados às famílias e no setor de transportes. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, em 2017 o nível de atividade dos serviços não financeiros situou-se 11,2% abaixo do patamar registrado em 2014 (Gráfico 5). Os dados mais recentes indicam trajetória mais positiva para o setor, impulsionada pelos serviços de transportes.

A perda de dinamismo da atividade econômica mineira começou a se refletir no mercado de trabalho ao longo de 2014, com a reversão da trajetória descendente da taxa de desocupação (Gráfico 6). Nos dois anos seguintes, as empresas implementaram ajuste mais intenso no pessoal ocupado, à medida que se observava retração mais acentuada da economia, o que elevou a taxa de desocupação a 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Com a retomada da economia, observou-se, na sequência, diminuição gradual da taxa de desocupação, que alcançou 10,8% no segundo semestre de 2018. Em que pese os efeitos negativos da elevação da taxa de desocupação, na comparação com o patamar observado antes de 2015, os dados de Minas Gerais situam-se abaixo dos referentes ao Sudeste e ao Brasil (13,2% e 12,3%, na ordem).

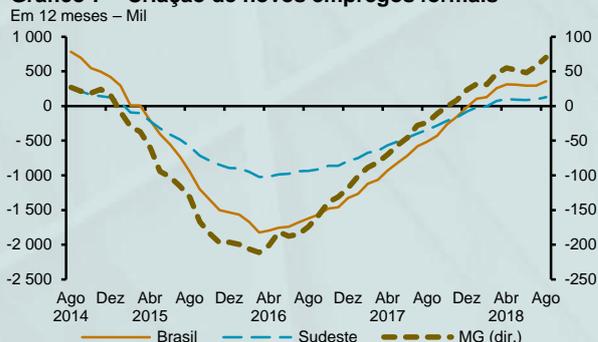
No que se refere ao rendimento do trabalho, os dados da PNAD Contínua mostram que o rendimento médio real do trabalho habitualmente recebido em Minas Gerais atingiu R\$1.937 no segundo semestre de 2018, 23,1% inferior ao do Sudeste, e 11,9% inferior à média nacional. No período de 2015/2016, a remuneração média do trabalhador mineiro recuou 4,4% em termos reais, na comparação entre o quarto trimestre de 2016 e o mesmo período de 2014, contrastando com as variações do Sudeste (+0,8%) e do Brasil (-1,2%). Da mesma forma, nos trimestres seguintes observou-se maior recuperação da renda média em Minas Gerais, 3,5% entre o quarto trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2018, ante a observada no Sudeste e no Brasil (0,3% e 1,7%).

Gráfico 6 – Taxa de desocupação
Média no trimestre – Dados dessazonalizados



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 7 – Criação de novos empregos formais



Fonte: MTb/Caged

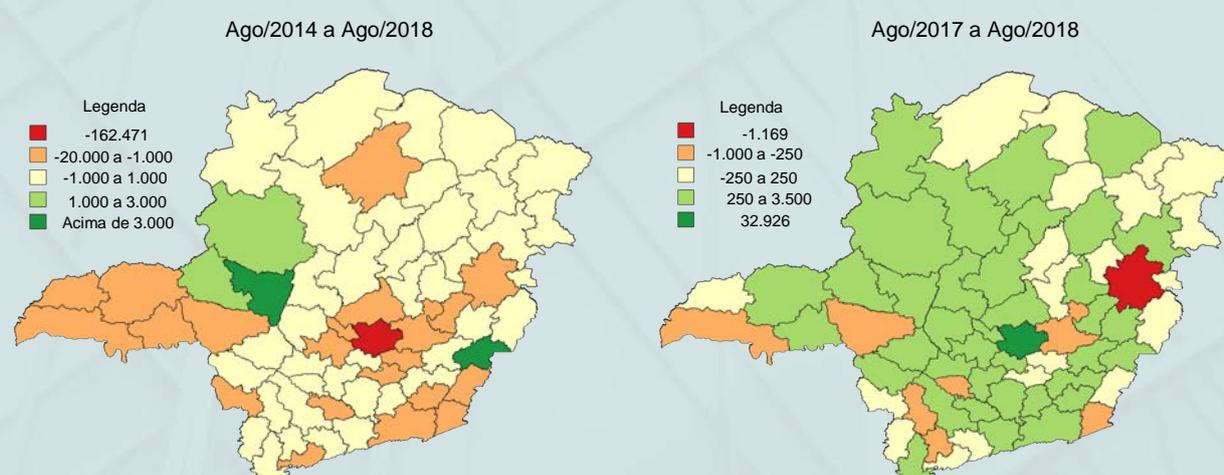
Nota: Inclui as informações enviadas fora do prazo.

Em relação ao emprego formal, a contração no mercado de trabalho concentrou-se em 2015 e 2016, quando se registrou decréscimo de 7,0% no nível de emprego (315 mil postos de trabalho, principalmente nos segmentos de indústria de transformação e construção civil). Com a recuperação da atividade econômica em meados de 2016, as empresas voltaram a contratar no estado, tendo sido gerado 23 mil novos empregos em 2017, e mais de 70 mil novos empregos no acumulado de doze meses encerrado em agosto de 2018,

segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb)³, 20% dos postos de trabalho criados no país (357 mil) no período. Destaca-se o volume de empregos gerados no setor de serviços (37,1 mil) e na construção (13,3 mil), segmento que registrou contração entre 2014 e 2017, e que agora volta a mostrar dinamismo nas atividades de construção de edifícios e de instalações industriais na região metropolitana, e de infraestrutura no interior do estado.

A distribuição da evolução do emprego no estado mostra que, das 66 microrregiões, apenas 4 apresentaram crescimento mais destacado em relação ao nível de emprego apurado em agosto de 2014, com destaque para Patos de Minas, Paracatu e Patrocínio, localidades com forte presença da agropecuária, e Manhuaçu, que registrou expansão do emprego nas áreas de construção, agropecuária e serviços (Figura 2). A região de Belo Horizonte, que concentra grande parte da atividade econômica do estado, registrou a perda de 162,4 mil postos de trabalho nos últimos quatro anos. Considerando apenas os últimos doze meses, o quadro do emprego no estado mostra-se mais favorável, com a ampla maioria das regiões registrando contratações líquidas, e apenas a região de Governador Valadares mostrando desligamentos líquidos mais acentuados, principalmente nas atividades de serviços às empresas, comércio e construção.

Figura 2 – Variação do emprego formal em Minas Gerais



Fonte: MTb/Caged

O mercado de crédito no estado se caracteriza por uma maior concentração em financiamentos às pessoas físicas, na comparação com a média nacional, com destaque para o crédito rural. A evolução do mercado de crédito no período de 2014 a 2018 mostrou desaceleração dos financiamentos – com decréscimo no segmento de pessoas jurídicas – refletindo a contração na atividade econômica, o aumento da ociosidade das empresas e a elevação do desemprego. O ritmo de expansão real interanual do crédito no estado chegou a diminuir 8,1% em agosto de 2016, com queda de 12,3% nos financiamentos das empresas. Posteriormente, com a melhora da conjuntura econômica e a queda na inflação, observa-se melhora gradual na evolução do crédito, com os empréstimos às famílias registrando expansão real em doze meses de 1,9% em agosto de 2018, e os financiamentos às empresas reduzindo o ritmo de contração para 7,5%.

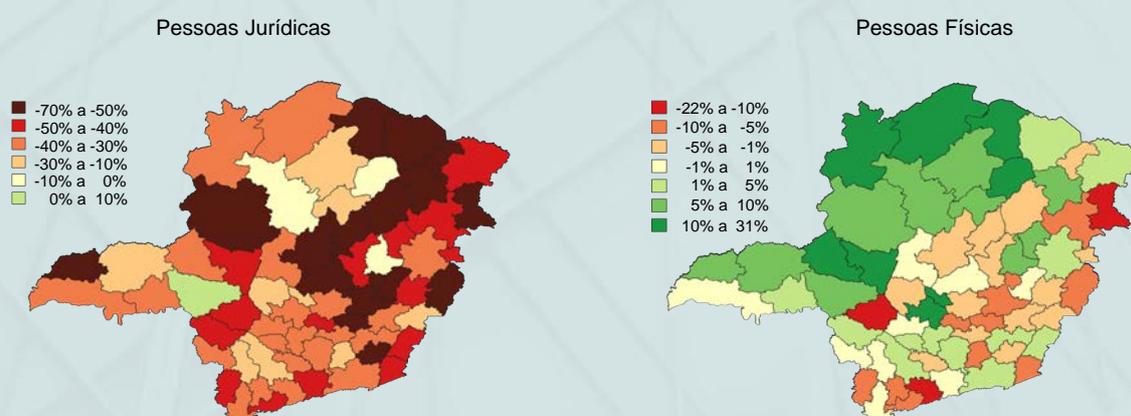
A participação do crédito às pessoas físicas aumentou de 50,8% para 60,1% nos últimos quatro anos, tendência semelhante à observada no mercado nacional (passou de 47,0% para 54,8%). O desempenho dos empréstimos às famílias nesse período foi marcado, em um primeiro momento, pela expansão dos financiamentos imobiliários, que exibiam, no fim do ciclo de forte crescimento da construção civil, taxas superiores a 20% ao ano, enquanto as demais modalidades já mostravam taxas mais moderadas. Destaca-se, também, o crescimento das operações de crédito consignado e de cartão de crédito à vista. Nos últimos doze meses, o crédito às pessoas físicas voltou a mostrar crescimento real, impulsionado pelo retomada dos financiamentos de veículos. Por outro lado, os empréstimos às empresas apresentam contração real desde o início de 2015, refletindo a queda no consumo e nos investimentos (destaque para a redução nas

3/ Considerando a inclusão 8.132 postos de trabalho no estado informados fora do prazo, segundo os dados divulgados em setembro de 2018; 84.885 empregos em nível nacional.

operações de capital de giro e nos financiamentos com recursos do BNDES). Entre os segmentos econômicos que mais diminuíram seu endividamento aparecem o comércio, a construção, e as indústrias automobilística, siderúrgica e de máquinas e equipamentos.

A evolução do crédito nos últimos quatro anos mostra crescimento real dos empréstimos às empresas apenas na microrregião de Araxá (metalurgia), no Triângulo Mineiro. Nas demais regiões do estado houve recuo em termos reais, com reduções mais significativas nas microrregiões de Belo Horizonte (indústrias extrativas, construção e siderurgia), Poços de Caldas (metalurgia), Uberaba (indústrias químicas e biocombustíveis), Divinópolis (siderurgia, comércio e reparação de veículos e indústria de alimentos) e Uberlândia (telefonia e transporte rodoviário de carga). No segmento de pessoas físicas observa-se um quadro mais positivo, com crescimento real em diversas áreas, como nas microrregiões de Patos de Minas (financiamento imobiliário e crédito rural), Uberlândia (financiamento imobiliário e crédito consignado), Patrocínio (crédito rural e financiamento imobiliário), Divinópolis (financiamento imobiliário) e Unai (crédito rural).

Figura 3 – Evolução real do crédito – Minas Gerais – Variação percentual entre agosto/2014 e agosto/2018



No âmbito dos indicadores de oferta, a agropecuária em Minas Gerais tem historicamente um peso maior do que o relativo em nível nacional. Entre 2013 e 2017, o estado situou-se como o quinto maior produtor agrícola do país, considerando o valor da produção, segundo os dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE. Em 2017, Minas Gerais foi maior produtor de café, principal lavoura do estado, e batata-inglesa; segundo maior produtor de feijão e tomate; terceiro de cana-de-açúcar, laranja, abacaxi e cebola; quarto de milho, banana, e trigo; e sexto de soja. Há que se destacar, desde 2009, a ampliação da área destinada ao plantio da soja, tendo ultrapassado, em 2015, a área destinada ao milho.

A produção industrial mineira, que se caracteriza por uma maior concentração em setores como os de produtos alimentícios (especialmente laticínios e torrefação de café), extração de minério de ferro e indústria metalúrgica (produção de ferro-gusa e de ferroligas, siderurgia e metalurgia de metais não ferrosos), foi significativamente impactada pela queda na demanda interna. A indústria de transformação recuou 16,8% no triênio 2014-2016, segundo a PIM-PF, do IBGE, como resultado da queda no consumo e no investimento. Os segmentos das indústrias automobilística e de máquinas e equipamentos apresentaram contrações expressivas (superiores a 50%) nesse período, assim como as indústrias de produtos têxteis, produtos de metais e de minerais não metálicos, que reduziram a produção em até 36%. A indústria extrativa, por sua vez, tem sua dinâmica determinada pela demanda externa, principalmente da China, e pela relação entre a cotação internacional do preço do mineiro de ferro e os custos de extração. Após o ciclo de expansão da demanda externa, que elevou a cotação a US\$190 por tonelada no início de 2011, e que gerou diversos investimentos no país, principalmente em Minas Gerais e no Pará, observou-se queda nos preços para US\$40 no início de 2016. Embora as cotações tenham se recuperado um pouco, para o patamar de US\$75, o cenário para a produção extrativa no estado dependerá da rentabilidade gerada pela cotação de momento versus o custo de produção, uma vez que as unidades de extração em Minas Gerais são relativamente antigas, e que o teor de ferro no minério tem diminuído. Adicionalmente, ao final de 2015 ocorreu o rompimento da

barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana, que interrompeu a produção da Samarco, resultando na queda de 10,9% na indústria extrativa em 2016.

A retomada do crescimento em 2017 interrompeu a trajetória de contração da indústria de transformação, e possibilitou pequena recomposição da produção das indústrias de máquinas e equipamentos, automobilística, metalúrgica, produtos químicos, e têxteis. Considerando a produção acumulada em doze meses até agosto de 2018, o nível da indústria de transformação situou-se 16,3% abaixo da produção de 2013. Dentre os ramos da indústria, os setores de fabricação de alimentos, bebidas, combustíveis e produtos químicos destacam-se como os segmentos que mostraram crescimento no trimestre encerrado em agosto, na comparação com igual período de 2013.

Gráfico 8 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 9 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

O estado possui grande parte de sua estrutura produtiva destinada à produção de bens para o mercado externo, com destaque para minério de ferro, café, soja, produtos metalúrgicos, carne bovina, açúcar, ouro e celulose. Minas Gerais registra, tradicionalmente, *superavit* no comércio exterior, mesmo desconsiderando as exportações de minério de ferro, principal produto, cuja participação na pauta mineira vem decrescendo, (correspondeu a 29,7% nos nove primeiros meses de 2018 comparativamente a 48,3% em 2013). Esse declínio se deve à diminuição da demanda externa, que impactou o preço da *commodity*; à paralisação das atividades da Samarco após o rompimento da barragem em 2015; e à opção da principal empresa mineradora de priorizar a produção no Pará, onde produz com menor custo minério de maior teor de ferro. Contrapondo-se à queda na participação do minério de ferro, destaca-se a expansão na participação da soja, cujas vendas externas mais que dobraram desde 2014, assim como as vendas de celulose, zinco, silício, e carne bovina.

Gráfico 10 – Exportações de Minas Gerais

Participação % no valor das exportações

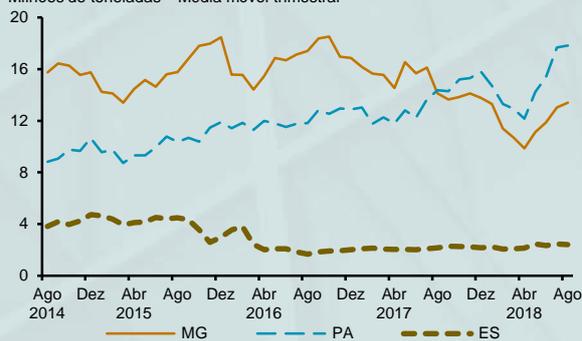


Fonte: MDIC

* Acumulado no ano até setembro.

Gráfico 11 – Exportações de minério de ferro

Milhões de toneladas – Média móvel trimestral



Fonte: MDIC

As perspectivas para a economia estadual seguem desafiadoras. Se por um lado observa-se recuperação gradual da atividade econômica, em linha com a evolução da conjuntura nacional, por outro verifica-se a necessidade de investir em segmentos mais dinâmicos que possam contribuir para impulsionar o crescimento em ritmo mais elevado, com maior diversificação da economia.